



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — Nº 40 TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1972

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 45.^a SESSÃO, EM 5 DE JUNHO DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração de obras no Município de Buquim, Estado de Sergipe.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Significado dos acordos firmados pelo Presidente Nixon em sua recente visita à Rússia.

SENADOR RUY CARNEIRO — Artigo de Theophilo de Andrade publicado em *O Jornal*, referente à obra *Reminiscências e Imposições de uma Vida*, de autoria do General Pantaleão Pessoa.

SENADOR ADALBERTO SENA — III Feira Nacional do Arroz, realizada em Cachoeira do Sul.

SENADOR FLÁVIO BRITTO — Apelo da Associação dos Bananicultores do Estado de São Paulo, no tocante à exportação desse produto para a República Argentina.

2.2 — Comunicação da Liderança da ARENA

Substituição de membro na Comissão Mista que estuda o Projeto de Lei nº 2/72-CN.

ATA DA 45.^a SESSÃO EM 5 DE JUNHO DE 1972

2.^a Sessão Legislativa Ordinária da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO
PORTELLA E NEY BRAGA

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — Renato Franco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Luiz

Cavalcante — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Ruy Santos — Paulo Tôrres — Magalhães Pinto — Orlando Zancaner — Osires Telxeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença accusa o comparecimento de 26 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

Concede a palavra ao Sr. Senador Lourival Baptista, primeiro orador inscrito.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, domingo dia 21 de maio, tive a satisfação de assistir a diversas cerimônias de inauguração de obras realizadas na cidade de Buquim, pelo Governador Paulo Barreto de Menezes. Foram quatro obras de importância realizadas naquele próspero município do meu Estado, que é o terceiro produtor de laranja em todo o País. As várias solenidades tiveram início com a inauguração da ponte sobre o Rio Piauí, de 170 metros de vão, que fica em rodovia que ora está sendo asfaltada. Seguiu-se a inauguração do conjunto residencial Honorina Fernandes Fontes, do grupo escolar Padre José



EXPEDIENTE
SERVIÇO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

| | | |
|------------------------|----------------|------------|
| Via Superfície: | Semestre | Cr\$ 20,00 |
| | Ano | Cr\$ 40,00 |
| Via Aérea: | Semestre | Cr\$ 40,00 |
| | Ano | Cr\$ 80,00 |

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Gumercindo dos Santos e, finalmente, a inauguração do sistema de abastecimento d'água de Buquim, construído pela Companhia de Saneamento de Sergipe, órgão dirigido pelo Dr. Luís Carlos Rezende, grande técnico e excelente auxiliar do governo sergipano e que vem realizando numerosas obras no interior e em Aracaju, visando dotar o Estado de sistemas de abastecimento d'água modernos e conforme normas técnicas relativas ao saneamento.

Foi para mim motivo de especial regozijo estar presente nessas solenidades, testemunhando o esforço realizado pelo atual Governador de Sergipe em prol de Buquim, um dos municípios mais prósperos do Estado. É sempre com satisfação, Sr. Presidente, que vejo o caminhar seguro de meu Estado para o seu pleno desenvolvimento, para o que contribui de forma excepcional seu povo ordeiro, trabalhador e operoso, empenhado com todas suas forças na luta contra o subdesenvolvimento.

E ao falar de Buquim me é imperioso enaltecer a administração de seu atual Prefeito, Sr. José Cleonâncio da Fonseca, um grande sergipano que jamais recusou trabalho, devoção e inteligência ao bem comum de nosso povo. Eleito Prefeito de Buquim, ali verá realizando obra que se tornará, sem dúvida, notável, graças à sua experiência político-administrativa e ao seu esforço ilimitado em benefício da cidade, para o que, felizmente, vem contando ainda com o apoio do Governador Paulo Barreto de Menezes. O Prefeito José Cleonâncio da Fonseca é, ainda, dileto amigo — ura razão a mais para o meu contentamento ao ver o êxito crescente de sua administração em Buquim.

Não posso deixar de enaltecer auxiliares do Governo que tudo têm dado

de si para o melhor desempenho de importantes órgãos do Estado. Dentre eles, os engenheiros Fernando Garcez Vieira, Diretor-Geral do DER-SE, José Francisco Sobral, Presidente da COHAB, Sérgio Melo, Presidente da SUDOP e Luís Carlos Rezende, Superintendente do DESO — todos homens de valor técnico comprovado e que colocam seu entusiasmo e trabalho a serviço do Governo Paulo Barreto de Menezes, com ele colaborando para a rápida e melhor solução dos problemas de Sergipe. Em sua capacidade e devoção, o meu Estado confia, deles muito esperar o povo sergipano na dura luta de desenvolvimento de nossa terra!

O sentido deste registro é proporcionar através do meu testemunho, estímulo e apoio aqueles administradores, que no meu Estado cumprem, pelo seu trabalho e ação, os métodos e os ideais da Revolução Brasileira, a cuja frente está o incômodo Presidente Garrastazu Médici, Timoneiro do Brasil, no caminho de seus altos e gloriosos destinos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, os amantes da paz devem estar jubilosos com a viagem do Presidente Richard Nixon à Rússia. Pouco importa que o encontro com Leonid Brejnev não tenha alcançado êxito absoluto. Importa, sim, ter sido prova concreta de que as duas superpotências querem, pelo menos, aliviar a tensão provocada pelo terror atômico.

Na Declaração de Princípios firmada por Nixon e Brejnev, o essencial é o acordo da limitação de armamentos estratégicos.

Significativos também são os compromissos assumidos pelas duas partes visando a:

- 1 — Tomar medidas preventivas contra incidentes no mar e no ar;
- 2 — Ampliar as relações comerciais entre os dois países;
- 3 — Estabelecer cooperação bilateral nos campos científico, tecnológico, cultural e educativo;
- 4 — Manter cooperação no setor da saúde, inclusive na proteção ao meio-ambiente do homem.

Em outro documento, confessaram os estadistas o insucesso das conversações sobre os graves pontos de atrito que são a Indochina e o Oriente Médio. Fizeram-no, contudo, sem acrimônia, o que, por si só, representa um inicio de entendimento.

A Declaração de Princípios começa por reconhecer que "na era nuclear não há outra alternativa senão a coexistência pacífica". Isto equivale ao reconhecimento de que a guerra seria a destruição mútua.

As oito mil ogivas nucleares, dos dois lados, prontas para lançamento, correspondem a uma carga de quinze toneladas de dinamite para cada ente humano. O revide ao primeiro ataque é a justificativa para o acréscimo constante do diabólico arsenal.

No balanço de bombas, dois terços delas pertencem aos norte-americanos, cujo estoque nuclear dá para matar mil vezes cada residente das 180 cidades russas com mais de 100 mil habitantes. E, para desempenho dessa sinistra façanha, bastaria um único submarino equipado com foguetes de carga múltipla, tipo Poseidon, conduzindo, cada um deles, vinte mísseis

de dez ogivas nucleares, com trajetórias independentes.

Os russos, mais atrasados, dispõem apenas de meios para matar vinte vezes cada norte-americano, se sobre eles despejarem toda sua carga de bombas atómicas.

E nós outros? Nós que não somos nem compatriotas de Mr. Nixon nem do camarada Brejnev? Que nos aconteceria na grande hecatombe? Bem, a a nós nos restaria o consolo de morrermos apenas uma vez, o que já é algo irremediável...

Na melhor hipótese, é o medo que provoca essa dispendiosa corrida armamentista. Nos Estados Unidos, de cada três dólares arrancados ao contribuinte, dois são devorados pela defesa nacional. Um rio de dinheiro a correr continuamente para o nada, quando bem poderia fluir a favor dos milhões de negros e brancos do bairro Bronx e dos guetos de Chicago e de muitas outras metrópoles, onde vivem em condições subumanas.

Quanto à Rússia, os sacrifícios impostos ao povo devem ser ainda muito mais pesados.

Sobram razões, portanto, para o renascimento de uma escalada de paz.

Em consequência do acordo de cooperação espacial, a 15 de junho de 1975 uma nave Apolo, pilotada por três astronautas norte-americanos, será acoplada a uma cápsula Soyuz, conduzida por três soviéticos. E o mundo verá, com viva emoção, os efusivos abraços que os seis cosmonautas trocarão no cosmos. O sucesso da missão, no entanto, dependerá unicamente de que isso vá contribuir para que russos e americanos se dêem as mãos, "assim na terra como nos céus".

Era o que tinha a dizer-lhes, Sr. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concede a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO — (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores: Há poucos dias foi lançado, com grande sucesso, uma nova obra literária de autoria do General Pantaleão Pessoa, meu velho e querido amigo, que se intitula "Reminiscências e Imposições de uma vida".

Sei, no entanto, que meu eminente colega, o Senador Jessé Freire, representante do glorioso Estado do Rio Grande do Norte, pretende fazer um trabalho a respeito desta obra e das memórias do General Pantaleão Pes-

soa. Por esta razão, quero apenas render à eminent e veneranda figura do Exército Brasileiro — o General Pantaleão Pessoa — as minhas homenagens, lendo o brilhante artigo — "Reminiscência de um Simples Cidadão" — que o jornalista Theophilo de Andrade, meu contemporâneo e também meu amigo, escreveu no *O Jornal*, órgão líder dos Associados:

Acabo de fechar, deliciado, as "Reminiscências e Imposições de uma Vida", que o General Pantaleão Pessoa escreveu, vai cinco anos, só agora publicadas, e que a sua filha, D. Corina Pessoa Fragoso, teve a bondade de enviar-me.

O livro interessou-me pela maneira simples, corrente e desabuada com que foi escrito. Ao invés de desabusada, deveria escrever sincera, mas com aquela sinceridade rude de um homem que passou a casa dos 80 e que somente se sente responsável perante Deus e perante a história. Acontece que o General Pantaleão Pessoa, que esteve na vida pública ao lado de outros oficiais ilustres que também portam o sobrenome de Pessoa, deles não é parente, pois, enquanto estes são da Paraíba, o General Pantaleão é gaúcho, nascido na cidade de Bagé, que foi, para mim, na mocidade, uma segunda terra natal. Ali vivi nos dias das revoluções de 1923 e 1924, tomei parte, como jornalista, nos acontecimentos políticos da guerra, ao lado dos republicanos, admirador que sou — até hoje — de Borges de Medeiros. E a primeira parte das "Reminiscências" do General Pantaleão Pessoa gira em torno do ambiente gaúcho e das lutas políticas de então, quando a política tudo fazia para envolver o Exército. Conheci ademais, tanto os figurantes da grande história quanto os da pequena história, vivida pelo general naqueles anos. E posso dar o meu testemunho da honestidade com que os fatos estão relatados.

Deve o General Pantaleão ter tomado boas notas e dispor ainda, "in senectute bona", de uma invejável memória pela maneira vivaz por que nos conta os episódios, e julga as pessoas que neles tomaram parte. É ele, desse ponto de vista, uma "aviso rara" em nosso País, onde poucos são os homens públicos que, no outono da vida, depois que saíram de cena, ocupam-se em fixar no papel a recordação das coisas vividas.

É inacreditável a inópia de livros de Memórias que ajudem a escrever a história do Brasil. Os homens que ocuparam lugares de

relevo não mostram interesse em fixar os acontecimentos em que tomaram parte, ao menos para defender-se das acusações que são inevitáveis. Deixam, assim, os que se dedicam à historiografia limitados aos documentos oficiais ou à leitura dos jornais da época.

Entretanto, outrora, o historiador contava com as reminiscências dos figurantes como um dos elementos mais ricos para a reconstrução dos fatos. Na Europa, durante os séculos XV, XVI, XVII e XVIII, havia cuidado especial em escrever Memórias, ou em guardar a correspondência. Foi a epistolografia outra grande arte, de valor às vezes também literário, que se perdeu com as modificações dos costumes, especialmente depois da invenção do telégrafo e do telefone.

Naqueles tempos, até as mulheres escreviam Memórias, muitas delas tão bem lançadas que abriram lugar na república das letras, para as suas autoras, como escritoras de grande brilho. E quando não eram as Memórias, escreviam os Diários, que, embora não tendo o mesmo valor literário, apresentam importância histórica, como fontes de informação. E podiam mesmo gozar de dupla notoriedade, como, por exemplo, o "Diário" de Samuel Pepys, antigo Lord do Almirantado, que o escreveu em um sistema de estenografia próprio e secreto, só decifrado 200 anos depois, revelando-se, porém, uma das peças mais famosas das letras inglesas.

O General Pantaleão Pessoa não teve este cuidado. O seu propósito, segundo ele mesmo confessa, foi de defender a sua carreira militar "acelerada por acontecimentos e imposições" e que depois foi cortada, também "por acontecimentos e imposições", estas por parte da política que dominou neste País, a partir de 1930. O ponto de virada na sorte de Pantaleão Pessoa foi o golpe de Estado, de 10 de novembro de 1937, com o qual não concordou. Veio depois a suspeita de integralismo e a sua prisão, nos dias escuros do Estado Novo.

Portou-se em todas as circunstâncias com grande dignidade. Só depois da restauração da democracia voltou ao Exército, mas para apresentar o seu pedido de passagem para a reserva. Ainda assim, serviu, depois, ao País, no espinhoso cargo de diretor da COFAP que, segundo ele mesmo escreveu, em oito meses, lhe deu mais notoriedade do que nos 43 vividos ao Exército.

As suas Reminiscências valem como o depoimento de um participante da história do País, em uma época agitada, dentro da qual agiu como soldado, procurando sempre resistir às seduções da política.

Curioso é que, em seu livro, soube entremear os fatos com alguns perfis de flagrante valor literário. São pequenos ensaios sobre homens que conheceu ou com os quais conviveu e que, por terem sido muito discutidos, despertam interesse político. São notáveis as páginas que escreveu esboçando as figuras dos Generais Bento Ribeiro, Luís Barbedo, Bertoldo Klinger, Góes Monteiro ou de alguns civis de grande colorido, como Getúlio Vargas, Flores da Cunha e Oswaldo Aranha.

A sua messe é rica. Foi colhida em três fases da história do nosso País: a República Velha, a revolução de 1930 e a reconstitucionalização, e depois da Grande Guerra. Dá-nos — cito-o como exemplo — o relato mais simples e mais compreensível que já li sobre a "Revolução da Vacina Obrigatória", coisa, aliás, que soamente em um país assaz subdesenvolvido poderia ter acontecido. Conta os altos e baixos da revolução de 1930, que estourou prenhe de esperanças para todos os brasileiros e que desembocou na escuridão da ditadura do Estado Novo. E recapitula as decepções da democracia restaurada, que mergulhou, para suicidar-se, na onda da mais torpe demagogia.

Os deuses deram, porém, ao General Pantaleão Pessoa, a dádiva da longevidade, de sorte que pôde testemunhar também a revolução de 1964 — quando passara a ser um simples cidadão —, revolução que considera "semiconstitucional e educativa", e que está, afinal, tentando realizar o sonho dos tenentes de 1922, em que, aliás, ele pouco acreditou.

As suas "Reminiscências" têm o encanto de uma novela, mas leem-se com o interesse de um compêndio de história.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto Sena, que falará como Líder do MDB.

O SR. ADALBERTO SENA — (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, com a pacífica apresentação da emenda constitucional restauradora

de um recesso do Parlamento Nacional entremeado em cada sessão legislativa, volta-se a reconhecer as vantagens de menos espaçados contactos dos deputados e senadores com as regiões que, respectivamente, aqui representam.

Não se trata simplesmente — como se tem dito — de facultar-lhes mais visitas às suas bases eleitorais, senão, no melhor sentido, de conciliar a assiduidade nos trabalhos parlamentares com as necessidades de observações diretas das condições e reclamos da terra e das populações umas e outros sujeitos a variações muitas vezes mal percebidas à distância e até mesmo só bem apreendidas através de incursões e convívios.

Essas inter-relações, todavia, não devem ser — e de fato não têm sido — limitadas às de cada um de nós com o seu próprio Estado ou Município, mas, também, com outros recantos do País, onde, pela contemplação de exemplos e situações, possamos colher ensinamentos úteis às nossas reflexões e para o nosso comportamento ou atuação como constituintes de um dos Poderes da República e como vigilantes dos interesses do povo.

Uma prova de tais asserções, tivemos-la, entre várias outras, nas impressões que trouxemos, o Senador Flávio Britto e eu, com a cooperação do Senador Tarso Dutra, da recente visita, por delegação do Senado, à III Festa Nacional do Arroz, que se realizou, a partir de 20 de maio, na cidade de Cachoeira do Sul.

Nossa presença ali não foi tão longa quanto passamos a desejar que tivesse sido, mas bastou, Senhores Senadores, para que nos extasiássemos diante de um duplo e comovedor espetáculo: o espetáculo de uma região que caminha a passos largos nas sendas do progresso consonante com as suas condições topográficas e ecológicas e o da convivência mais uma vez dentro daquela atmosfera de amabilidades e de sorrisos tão característica da espiritualidade gaúcha.

Vivemos ali horas inesquecíveis; e uma proveitosa experiência e tanto mais aproveitável e desvanecedora quanto se traduziu em demonstrações partidas de glebas brasileiras a

servirem de inspiração à brasiliade dos nossos esforços progressistas.

Para se ter idéia do que lá testemunhamos, permita-se-me um cotejo entre duas fases não muito distantes do desenvolvimento desse município.

Num dicionário enciclopédico, preparado e editado na Capital do próprio Estado do Rio Grande do Sul, há cerca de quinze anos, eis apenas o que se lê referentemente à fisionomia econômica de Cachoeira do Sul:

"... é servida pela Viação Férrea Rio Grande do Sul. Possui campo de aviação. O município produz arroz em grande escala, fumo, mandioca e milho e possui importantes jazidas de ferro e carvão."

Veja-se agora até que ponto se transmudou essa fisionomia nos últimos anos, transportando-se para os nossos Anais, neste depoimento confirmativo, dados e informações constantes de duas páginas da última edição da revista *Parlamento*:

Dentre os municípios gaúchos, Cachoeira do Sul começa por destacar-se por ser o de maior zona fisiográfica, não obstante colocado no 10.º lugar em extensão territorial. Situado no "coração do Rio Grande do Sul", na depressão central, ocupa atualmente (depois dos desmembramentos que deram origem a outros quatro municípios) uma área de 4.798 km quadrados povoada, segundo o recenseamento de 1970, por 95.486 habitantes e atingindo, ao fim de dois decênios, um crescimento populacional da ordem de 12,9%, a densidade demográfica de 19,66 almas e a sua colocação no 8.º lugar em população entre os municípios daquele Estado.

Ligado a Porto Alegre por moderna rodovia de 196 km, totalmente asfaltada, inclusive um trecho agora inaugurado pelo Ministério dos Transportes, situa-se na bacia do Jacuí e seus numerosos afluentes, apresentando, mercê desse privilégio hidrográfico e de clima ameno, as melhores condições para a agricultura do arroz e numerosos outros produtos, além das excelentes pastagens que lhe vêm propiciando notórios desenvolvimentos e perspectivas nos setores pastoris."

AGRICULTURA

Conforme dados constantes do Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, em 1968, o valor das suas principais produções agrícolas expressa-se nos seguintes totais:

| PRODUTOS AGRÍCOLAS | Valor da Produção N.º absoluto Cr\$ | % sobre o total |
|----------------------|---|--------------------|
| Arroz em casca | 21.235.821,00 | 84,40 |
| Trigo | 993.225,00 | 3,95 |
| Soja | 571.200,00 | 2,27 |
| Fumo | 397.606,00 | 1,58 |
| Batata-Inglesa | 395.460,00 | 1,57 |
| Milho | 320.482,00 | 1,27 |
| Mandioca | 296.200,00 | 1,18 |
| Batata-doce | 241.500,00 | 0,90 |
| Feijão | 195.936,00 | 0,78 |
| Alfafa | 130.875,00 | 0,52 |
| Cevada | 106.313,00 | 0,42 |
| Linho | 74.415,00 | 0,30 |
| Aveia | 54.600,00 | 0,21 |
| Uva | 33.720,00 | 0,13 |
| Cebola | 31.185,00 | 0,12 |
| Amendoim | 25.830,00 | 0,10 |
| Cana-de-açúcar | 20.520,00 | 0,08 |
| Alho | 174.010,00 | 0,07 |
| Tomate | 12.483,00 | 0,05 |
| Centeio | 7.980,00 | 0,03 |

Não se incluem nesse quadro as produções em menor escala e as mais variadas espécies de frutas ainda "não aproveitadas economicamente por falta de industrialização."

PECUÁRIA

É de notar-se ter sido a pecuária o setor mais expressivo da renda do Município até que, com o desenvolvimento das produções agrícolas, notadamente como se viu, do arroz, do trigo e da soja, a hegemonia se deslocasse para a agricultura.

Além de ótimas pastagens naturais, a Prefeitura Municipal, preocupada

em introduzir no Município melhores condições para a pecuária, vem mantendo convênio com o objetivo de melhorar as pastagens".

Nos últimos anos, a seleção e o aperfeiçoamento dos rebanhos vêm sendo feitos com interesse pelos principais criadores da região, que empregam modernos métodos aconselhados pela zootecnia, sendo as principais raças bovinas em criação a Devon, a Zebu, a Hereford e a Charolês.

Aqui transcrevemos os dados referentes aos desenvolvimentos pastoris:

| Espécie | N.º de cabeças | Valor (Cr\$) |
|--------------------|----------------|----------------------|
| Bovino | 207.320 | 26.951.600,00 |
| Suinos | 57.990 | 3.073.470,00 |
| Ovinos | 93.700 | 2.061.400,00 |
| Caprinos | 1.560 | 26.520,00 |
| Equinos | 23.150 | 1.250.100,00 |
| Asininos | 740 | 23.680,00 |
| Muares | 1.410 | 81.780,00 |
| Total | 385.870 | 33.468.550,00 |

Observe-se, ainda, que, pela aludida situação geográfica, o município afigura-se "ponto de eleição para a industrialização do gado", deixando antever-se o incremento do seu parque industrial e, por essa via, novos incentivos aos desenvolvimentos da pecuária.

SEDE DA MUNICIPALIDADE

Cachoeira do Sul, por antonomásia denominada Princesa do Jacuí, tornou-se uma das mais modernas cidades do Rio Grande do Sul. "Dotada de integração ferroviária, através da Rede Ferroviária Federal é um centro de grande movimentação.

Energia elétrica em abundância, eletrificação rural em todos os seus Distritos, comunicações com a Capital e o Brasil através do sistema da díscagem direta".

O comércio é bastante intenso, com exportação de arroz, soja, calcário, locomóveis e implementos agrícolas e com assistência de eficiente rede bancária.

Por outro lado, os seus órgãos municipais, têm dado especial atenção à saúde e à assistência social, podendo afirmar-se que, no tocante ao ensino primário, Cachoeira do Sul desfruta de privilegiada situação no Estado e, bem assim, na área do ensino médio e técnico. A "Princesa do Jacuí" dispõe de muitas bibliotecas, um conceituado periódico — o *Jornal do Povo* —, duas estações de rádio, além de servida pela rede de televisão Gaúcha, Difusora e Piratini. A Administração Municipal é cumprida através do Gabinete do Prefeito, Secretários de Administração, da Fazenda, de Educação e Cultura, de Assistência Social, de Obras e Viação, de Economia, de Planejamento e Consultoria Jurídica. A representação política é composta de 15 Vereadores, contando o município até junho de 1971 com 33.619 eleitores.

Sendo uma das mais importantes praças militares do Estado, possui excelentes quartéis, que abrigam atualmente um efetivo de aproximadamente 1.200 homens. Todas as repartições federais e estaduais dispõem de representação oficial e, pela Lei n.º 1.476, de 15 de junho de 1971, o Prefeito Honorato de Souza Santos promulgou ato aprovado pela Câmara Municipal que concede benefícios e estímulo ao desenvolvimento industrial.

A FESTA DO ARROZ

Da pujança econômica e espiritual assim expressa nos seus aspectos mais importantes, teve-se significativa amostra na III Festa Nacional do Arroz, constante de uma feira desta vez projetada com caráter regional, mas, no gênero, a maior realizada no Brasil.

Inaugurada no dia 20 de maio com a presença do Senhor Presidente da República e de altas autoridades federais, do Estado e do Município, estendeu-se por uma quinzena durante a qual, segundo previsões, deve ter sido visitada por cerca de meio milhão de pessoas.

Ao ato inaugural, já precedido pela solene abertura ao trânsito público da BR-153, que liga Cachoeira do Sul à BR-290, seguiu-se um programa de festividades distinguindo-se, entre elas, a de inauguração do Ginásio de Esportes, a instalação das Pales-tras Técnicas pelo Ministro Cirne Lira.

ma; o espetáculo da Fonte das Águas Dançantes "Artibano Savi", o do GRENAL de futebol no Ginásio de Esportes, o de um Elenco Latino-Americanano — o Viva Gente International, e, finalmente o baile da coroação da Rainha e das Princesas da Festa, e outro no Grêmio Náutico.

Na organização, a feira abrangeu três setores: o social, cultural e desportivo; o técnico e pastoril, e o comercial e industrial, fazendo-se as exposições num parque de 8.200 metros quadrados e em condições para acomodar 200 expositores, inclusive alguns uruguaios e argentinos.

No primeiro desses setores, os visitantes já impressionados pelo apuro artístico e alto grau de sociabilidade demonstrados nas inaugurações iniciais, viram, ou conhecem através dos meios de informação, os progressos educacionais e assistenciais do município a respeito dos quais cabe estender-me em certas minudências, principiando por relembrar a circunstância de ter sido Cachoeira do Sul escolhida, em 1955, para sede da 39.ª Exposição Internacional e Cultural das Nações Unidas.

Vejam-se em abono dos esforços oficiais e particulares lá desenvolvidos, os dados que passo a discriminá-los, com base em observações e na leitura de uma publicação do IBGE, distribuída a visitantes e editada em dezembro do ano passado.

Ensino Primário — Era de 73% o índice de escolaridade municipal no ensino primário ao realizar-se o Censo Escolar de 1964. Nas áreas urbana e suburbana, elevava-se para 81,8%, — chamo a atenção para esta percentagem — enquanto no Rio Grande do Sul, esse índice era de 77,8% e no Brasil não passava de 66,1%.

No início do ano letivo de 1970, estavam em funcionamento 163 unidades escolares, com 577 professores e 14.863 alunos matriculados.

Ensino Médio — Conforme estatística de 1970, era ministrado em 14 unidades escolares abrangentes de 7 cursos ginásiais, inclusive um noturno, 2 cursos colegiais, 4 comerciais e 2 de ensino normal em nível colegial. Ao iniciar-se o ano letivo, registrava-se a "matrícula de 4.255, sob a orientação de 298 professores". E agora começa a desenvolver-se o ensino supletivo melhormente sistematizado.

Ensino Superior — Nas seis unidades escolares que funcionavam na sua Faculdade de Ciências Políticas e Economia, achavam-se matriculados, na Escola Superior de Artes Santa Cecília (de artes plásticas) e na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (cursos de letras, pedagogia, ciências e estudos sociais), nesse mesmo ano,

462 alunos e havia 93 professores em atividade.

Bibliotecas — Nas muitas bibliotecas cuja existência foi referida, o acervo já atingiu há dois anos 8.878 volumes somente na mantida pela Prefeitura Municipal. Seguem-na a "Augusto Meyer" com 5.000 volumes e mantida pela União-Moços Católicos, e a Biblioteca Arnoldo Paulo Firstenau com 5.866 volumes, mantida esta pela mencionada Faculdade de Economia.

Casas de Espetáculos — Os espetáculos teatrais e cinematográficos são exibidos no Cine Teatro Coliseu que dispõe de 1.045 poltronas e no Cine Ópera Astral, com 980.

Associações — Há 28 associações culturais, recreativas e desportivas reunindo 10.300 sócios, destacando-se entre as primeiras, o Coral Cachoeirense, entre as recreativas, o Grêmio Náutico Tamandaré e o Calçara Piscina Tenis Clube, e, entre as desportivas, 2 clubes de futebol, dois de bocha, um de tênis e um de automobilismo.

Prestação de Serviços e Bancos — Nesse particular, relacionaram-se 285 estabelecimentos em 1969. Podem ser mencionados entre os 12 hotéis existentes, o Guarani, o Jacuí, o Avenida, o Ponche Verde, o União e o Novo Hotel. Há ainda 3 pensões, 18 restaurantes, 62 salões de barbeiro e 27 de cabeleireiros para senhoras. No citado ano, funcionavam, no município, 7 agências bancárias; e a Câmara de Compensação movimentou, em 1970, 155.331 cheques, no valor global de 12,3 milhões de cruzeiros.

Do setor técnico e pastoril, antecipei-me em dar-lhe o mais merecido destaque, ressaltando, em números, a sua influência na economia regional e a da existência técnica que lhe é dedicada, em termos de realizações e perspectivas. Vale contudo, acrescentar a boa impressão que nos causou, durante a visita, uma exposição de raças e variedades de coelhos no próprio local da feira.

No setor comercial e industrial, a feira exibiu amostras e informações interessantes. Vimos amostras de produtos de apicultura, de artefatos de madeira e couro, de variadas confecções de reclusos das penitenciárias. Informam-nos de que, em 1969, o "comércio atacadista era representado por 15 estabelecimentos, predominando o ramo de gêneros alimentícios; e quanto ao varejista distribuía-se em 763 estabelecimentos diversos. Somam 444 os supermercados e armazéns de secos e molhados; há 30 lojas de ferragens, material elétrico e de construção, 130 de calçados, tecidos, móveis e jóias, entre outras". O mu-

nicipio exporta principalmente arroz, produtos agrícolas, maquinaria agrícola, calcário, fumo em corda, lã, couros e peles, carnes verdes e outros produtos, figurando como importadores os Estados do Acre, Amazonas, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, além de outros municípios gaúchos.

No tocante aos aspectos industriais mais caracterizados, na área das indústrias de transformação, é de notar-se que "nascem, subsistem e ampliam-se em função da agricultura: beneficiamento de produtos agrícolas (sobressaindo os engenhos de arroz e os moinhos) e a fabricação de máquinas e implementos agrícolas". Secundando estas atividades estão as fábricas de artefatos de metal e de madeira e, ainda, as de joias, relógios e ótica, com exportação "não só para diversos Estados da Federação, como para o exterior: México, Peru, Venezuela, Argentina e outros países. Ademais, o gênero de produtos alimentares concorre com mais de três quartos do valor total, em cruzeiros, da produção transformadora, e com 52,8% do operariado da indústria. E a fim de aproveitar-se a grande quantidade de resíduos de arroz, o Município estuda a instalação de uma fábrica de papel.

A brevidade imposta pelo Regimento não permite, como seria de meu agrado, descrever muitos outros aspectos e atrações da vida e dos empreendimentos daquela florescente região, sem dúvida uma jóia do Rio Grande do Sul e um paradigma do Brasil.

Mas, Senhores Senadores, bem se podem aquilatar, pelo que foi exposto, a sua grandeza atual e as imensas possibilidades que a ela se abrem, dentro do panorama do desenvolvimento nacional.

Em nossa visita, conforme dei a entender, contemplamos um largo espetáculo, mas também colhemos ensinamentos e sugestões para estudos comparativos em prol das condições de progresso das nossas próprias regiões.

Haja vista, para citar um só exemplo, entre vários outros dignos de consideração e exame, o que decorre de obras ali necessariamente realizadas e, por sinal, também uma das suas mais edificantes atrações turísticas.

Em Cachoeira do Sul, a despeito de tão bem servida de transportes rodoviários e ferroviários, nem por isso deixam de cuidar-se dos fluviais. A sua admirável Barragem-Ponte do Jacuí, no rio Jacuí, fez-se como um adendo indispensável, permitindo, com objetivo de complementar os transportes, tráfego livre e seguro, dali até Porto Alegre e até mesmo ao

Porto de Rio Grande, a Agudo e Dona Francisca, além do acesso à rodovia federal BR-390.

Para outras regiões e, em particular para nossa Amazônia, muito vale evidenciar esse exemplo; e evidenciá-lo num momento em que não faltam aqueles extasiados pelas perspectivas da construção da Transamazônica e de outras rodovias em construção ou projetadas, parecem menosprezar ou relegar a plano secundário a futura importância econômica da nossa rica e tradicional rede de transportes fluviais, por muitos motivos, tão digna quanto aquelas outras, das atenções do Governo no sentido de melhorá-las e de mais amplamente provê-las de condições de navegabilidade.

Ao concluir este discurso, tenho ainda um dever a cumprir, qual seja o de encarecer e agradecer o acolhimento traduzido em diligências e amabilidades, com que a nossa delegação foi ali honrada, tanto pelas autoridades, a começar pelo nobre Senador Tarso Dutra e pelas pessoas que nos conduziram à visita e nos envolveram naqueles momentos de tão grato convívio. Gratíssimos voltamos, pelas gentilezas do Prefeito Honorato de Souza Santos e seus auxiliares, aos vereadores do município, ao orador que nos saudou no final de um almoço, o qual mais ainda nos comoveu pelas suas especiais referências à nossa Amazônia e ao interesse dos gaúchos em concorrer para o seu progresso e afluir para as suas atrações turísticas; à rainha e princesas da Festa, à Comissão Executiva da Feira e principalmente ao seu Presidente, Sr. Xafi Nazar, que, ladeado pela sua gentilíssima esposa, foi um constante companheiro nosso nos percursos e nas paradas; e, por fim, a dois homens aos quais chegamos a ficar ligados pela amizade, tantos foram os trabalhos e até incômodos que lhes demos: o Sr. Jayme Menna Barreto Fichtner, da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, que nos acompanhou de Porto Alegre a Cachoeira do Sul, e ao jovem Carlos Pereira Leitão, Secretário do Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que assessorou a representação do Senado Federal em sua permanência no Sul. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — Tem a palavra o nobre Senador Flávio Britto.

O SR. FLÁVIO BRITTO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, em novembro do ano passado, desta tribuna, fiz apelo ao Sr. Ministro das Relações Exteriores a respeito da taxa de 15% que o Governo argentino estava cobrando dos produtores brasileiros, quando exportavam as suas frutas para aquele País.

Atendendo os produtores e ao nosso pronunciamento, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Mario Gibson Barboza, tomou todas as providências e foram corrigidas aquelas distorções.

Mas agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago ao Senado dois outros assuntos, ligados a Ministérios diferentes, mas ambos relacionados com a exportação da banana, produto que ainda faz parte da economia do litoral do Estado de São Paulo.

O Governo argentino — e com toda razão, como nós sabemos — está tomando todas as providências para combater a subversão. Para isso, tem fiscalizado a fronteira, mas de um modo e rigor, que está impedindo o transporte e prejudicando os produtores brasileiros.

Como sabem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a fruta brasileira, hoje, é transportada para a República argentina e para o Uruguai por estradas de rodagem.

Nesses caminhões, quando saem do Brasil, o produto é acondicionado tecnicamente, mas quando chegam em Los Libres, na fronteira, soldados da Força Argentina descarregam todo o produto, sem o menor cuidado, dos caminhões e, como disse, com as suas razões, para melhor fiscalização sobre a subversão. Mas, quando acomodam o produto nos veículos, eles não sabem fazê-lo, com a técnica necessária e o empilham de qualquer jeito. Por isso o produto chega totalmente deteriorado na Argentina, causando prejuízos para a economia brasileira e para o produtor brasileiro.

A Associação dos Bananicultores de São Paulo acaba de me enviar cópia do telex que passou ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mario Gibson Barboza, sugerindo que esses caminhões, — porque o Brasil deseja cooperar para que seja extinta a subversão em todos os países, — esses caminhões, quando saíssem do Brasil, poderiam ser lacrados e com esse lacre a firma exportadora e as autoridades brasileiras assumiam o compromisso de que aqueles caminhões transportam realmente produtos altamente perecíveis.

Por isso, Sr. Presidente, é que ocupo esta tribuna para fazer um apelo ao Sr. Ministro Gibson Barboza, para que tome essas providências a fim de evitar esse grande prejuízo aos bananicultores do Estado de São Paulo.

Mas, Sr. Presidente, como disse no início do meu discurso, são dois assuntos sobre o mesmo produto, com Ministérios diferentes. O INPS exigia dos exportadores um seguro específico para exportar banana para a Ar-

gentina. Com a reformulação do INPS, a Delegacia daquele órgão em Santos não só não aceita a reformulação desse seguro, como também não está orientando como devem proceder os bananicultores de São Paulo.

Faço também apelo ao Sr. Ministro Júlio Barata, que tanto tem ajudado a agricultura na parte sindical e na de assistência rural, para que providencie junto ao INPS as medidas que os bananicultores do Estado de São Paulo desejam com urgência, para não se prejudicar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLÁVIO BRITTO:

Estando ultimamente as autoridades alfandegárias argentinas em Paso de Los Libres, sistematicamente determinando a descarga de todo caminhão com banana para verificação do seu conteúdo, mesmo que seja direto o seu despacho, isto é, que tenha a devida autorização de transpor a fronteira e que esteja habilitado como empresa rodoviária internacional legalmente registrada na Argentina e no Brasil, grande está sendo o prejuízo dos agricultores e exportadores brasileiros, pois a descarga, remoção e novamente o carregamento da banana, acarreta elevadas perdas com as machucaduras pelas batidas, quebra ou decomposição das caixas, principalmente nas chamadas tipo "Torito", que são bastante frágeis, trazendo isso depreciação considerável ao produto, já que sendo uma fruta muito sensível e altamente perecível, estas manipulações todas somente produzem a mesma um mau aspecto, que aliado às sérias dificuldades do mercado argentino pela concorrência de outras frutas, inclusive locais, e as periódicas desvalorizações de sua moeda, tornam as exportações regulares e tradicionais de banana uma verdadeira aventura, não só financeira como comercial, já que quem compra impõe em receber um bom produto, de excelente apresentação e em perfeitas condições, mais ainda tratando-se de uma fruta perecível. Data venia, solicitamos urgentes providências de Vossa Excelência, diretamente ou por nossa Embaixada em Buenos Aires, junto às competentes autoridades argentinas no sentido de instruirem de imediato sua fronteira em Paso de Los Libres, para abolirem a exigência quanto aos caminhões de banana que viajem desde o Brasil diretamente para Buenos Aires ou seus mercados do interior, cujas habilitações estiverem devidamente comprovadas e correspondam a empresas ou firmas idôneas. Sugerimos para atender essa pretensão, sem que sejam disvirtuadas as medidas do go-

verno argentino, que os caminhões com bananas despachados diretamente, ou seja, que a exportação feita sem baldeação na fronteira, ao entrar em Paso de Los Libres sejam cintados ou lacrados para que possam transitar em território argentino e somente serem rompidos ou quebrados por ocasião de suas chegadas em seus destinos e unicamente perante as autoridades designadas. Com essa simples providência se evitaria o que vem sucedendo em fronteira, com elevados prejuízos à lavoura e ao comércio exportador brasileiro, podendo afinal a Argentina usar também todo o rigor de suas autoridades para com as firmas exportadoras ou empresas rodoviárias que transgredirem seus regulamentos e leis vigentes. Agradecendo os bons ofícios de Vossa Excelência com a máxima urgência, em defesa dos interesses brasileiros que pelas dificuldades ingentes que atravessa a bananicultura paulista é necessário preservar a todo custo, apresentamos nossas mais atenciosas saudações. — Paulo Porto de Oliveira, Assessor Executivo da Associação Profissional do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo — Matusitaro Uehara, Diretor da Associação Rural do Litoral Paulista — Dr. Luciano Castro Gonzalez, Presidente da Cooperativa Central dos Bananicultores do Estado de São Paulo — Dr. Gervásio Inoue, Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia — Cooperativa Central.

Santos, 15-5-72.

“Excelentíssimo Senhor
Senador Flávio da Costa Brito
Senado Federal
Brasília — DF

Para governo de Vossa Excelência, conforme nosso entendimento pessoal, passamos a transcrever os telex enviados respectivamente dia 11-5-72 e hoje sobre o impasse criado com referência à reforma dos seguros de acidentes do trabalhador rural:

O PRIMEIRO

Excelentíssimo Senhor
Júlio Barata
Digníssimo Ministro do Trabalho e
Previdência Social
Brasília — DF

As signatárias abaixo assinadas representando classes produtora e exportadora bananas do litoral do Estado de São Paulo, pedem vénia para vir presença Vossa Excelência para encarecer providências junto INPS Santos Estado de São Paulo, no sentido reformar apólices seguro acidentes do trabalho relativos trabalhado-

res rurais. Face FUNRURAL, PRO-RURAL e lei que integra seguro acidentes trabalho Previdência Social proibindo seguro com empresas particulares a peticionária frente negativa INPS local reformar apólices seguro sob alegação não reunir condições técnicas corre risco não poder atender eventuais acidentes no futuro embora pressionada pela justiça e consciência próprias prejudicando seriamente trabalhador rural que ficaria entregue à própria sorte.

Sabe Vossa Excelência banana atravessa momento difícil com retração mercados consumidores Argentina, Uruguai e concorrência outros países produtores. Tentativas conquista mercado europeu ainda muito incipientes. Situação bananicultura crítica e não reforma contratos seguro INPS agravaria mais situação atual com encargos impossíveis serem suportados produtores. Cordiais saudações.

O SEGUNDO

Ilustríssimo Senhor
Professor Kleber Gallart
Digníssimo Presidente do Instituto
Nacional de Previdência Social
Rio de Janeiro — GB

Tendo em vista o problema criado com a recusa da agência desse Instituto em Santos, no Estado de São Paulo, de reformar as apólices de seguro por acidentes do trabalhador rural e como por outro lado, estão os bananicultores impedidos por lei de contratá-los perante as companhias seguradoras particulares, sob a alegação de não reunirem condições técnicas, correm os mesmos o risco de não poderem atender no futuro os eventuais acidentes, embora pressionados pela justiça e consciência própria, prejudicando assim seriamente o trabalhador rural, que poderá ficar entregue à própria sorte, data vénia, solicitamos em nome das entidades de classe signatárias, que Vossa Senhoria determine ao Senhor Agente do INPS em Santos, para reformar as apólices que estão se vendendo do seguro correspondente ao trabalhador rural, mesmo que seja a título precário e a prazo curto, até que se encontre uma outra solução favorável para todas as partes interessadas, sem que seja agravada ainda mais a situação bastante difícil que atravessa a bananicultura de São Paulo, a única que exporta para o exterior, porém no momento com uma retração considerável devido às crises sócio-económicas da Argentina e do Uruguai, seus maiores consumidores do produto, já que a reconquista dos mercados europeus para a banana brasileira atualmente é muito incipiente. Confiantes na devida atenção de Vossa Senhoria para a solução re-

ferida e certos do pronto atendimento do pedido formulado, com as imediatas providências que se fizerem necessárias, agradecemos antecipadamente apresentando nossas mais cordiais saudações. — Paulo Porto de Oliveira, Assessor Executivo da Associação Profissional do Comércio Atacadista de Frutas do Estado de São Paulo — Matusitaro Uehara, Diretor da Associação Rural do Litoral Paulista — Dr. Luciano de Castro Gonzalez, Presidente da Cooperativa Central dos Bananicultores do Estado de São Paulo — Dr. Gervásio Inoue, Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia — Cooperativa Central.

Ainda para as providências necessárias e urgentes de Vossa Excelência, transcrevemos também os telex enviados aos Exmos. Srs. Ministros Embaixador Mário Gibson Barboza e Professor Luiz Fernando Cirne Lima, em 19-4-72 próximo passado, pois continuam os bananicultores com os mesmos problemas na fronteira com a Argentina.”

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Augusto Franco — Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Carvalho Pinto — Benedito Ferreira — Saldanha Derzi — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, em 5 de junho de 1972

Senhor Presidente,

Vossa Excelência que esta Liderança Tenho a honra de comunicar a deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador José Guiomard, por se encontrar ausente, pelo Nobre Senhor Senador Antônio Carlos, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre o Projeto de Lei n.º 2, de 1972 (CN).

Aproveito a oportunidade para re-novar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. Filinto Müller, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga) — Será feita a substituição solicitada.

Esgotada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 35, de 1972, de autoria do Sr. Senador Mattos Leão, solicitando a designação de um representante do Senado Federal junto ao Encontro Nacional de Turismo, a se realizar nesta Capital, de 5 a 8 de junho.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão de 2 de junho, tendo a votação adiada por falta de quorum.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Designo para a representação solicitada, o Sr. Senador Orlando Zancaner, Presidente do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, e o Sr. Senador Mattos Leão, autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 1971 (n.º 17-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968, tendo

PARECER, sob n.º 118, de 1972, da Comissão

— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, de 1971

(N.º 17-A/71, na Câmara dos Deputados)

Aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1968.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São extensivas, aos dirigentes das Cooperativas, as disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho e as dos demais preceitos legais que assegurem direitos e vantagens aos empregados eleitos para cargos de administração sindical ou representação profissional.

ca, relativas ao exercício financeiro de 1968, na forma do que dispõem os arts. 47, item VIII, e 83, item XVIII, da Constituição Federal de 1967, com ressalvas àqueles valores lançados à conta de "Diversos Responsáveis", dependentes de verificação final pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)

Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 117, de 1972, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimento para que o projeto seja submetido a votos, é o mesmo dado como definitivamente aprovado, sem votação, nos termos do artigo 316 do Regimento Interno.

O projeto irá à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto aprovado:
Redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, que determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São extensivas, aos dirigentes das Cooperativas, as disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho e as dos demais preceitos legais que assegurem direitos e vantagens aos empregados eleitos para cargos de administração sindical ou representação profissional.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Braga)
— Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1972 (n.º 56-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova a Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal, em 23 de setembro de 1971, com reserva ao § 1.º do artigo 14.º, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 127, de 1972, da Comissão
— de Relações Exteriores.

2

Discussão, em 1.º turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade), do Projeto de Lei do Senado n.º 68, de 1971, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o salário-mínimo profissional do Técnico Industrial em Eletrônica, tendo

PARECERES sob n.ºs 123, 124, 125 e 126, de 1972, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e apresentando a emenda n.º 1-CCJ com o objetivo de sanar o vício arguido;

— de Legislação Social, de Serviço Público Civil, e de Finanças, favoráveis nos termos da emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR DINARTE MARIZ, NA SESSÃO DE 18-5-72 — REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM IN-CORREÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Dinarte Mariz, que falará por delegação do nobre Líder da Maioria, Senador Filinto Müller.

O SR. DINARTE MARIZ — (Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nos aglomerados humanos, desde o seu primitivismo, a começar pelas tribos mais distantes da civilização, passando pelas sociedades modernas, a família, a política, a administração, em todos esses setores há sempre uma liderança. Muitas são passageiras, algumas mesmo ocasionais, outras en-

tretanto tão representativas e tão fortes que se identificam com o meio-ambiente em que atuam, que, ao longo do tempo, passam a se confundir com a própria imagem de uma coletividade. Daí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, podermos hoje, com a graça de Deus, prestar homenagem a um estadista cujas virtudes privadas, cívicas, e o exemplo sem mácula de sua vida pública se confundem com a própria imagem da Pátria. Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à veneranda figura do ex-Presidente, Marechal Eurico Gaspar Dutra, que hoje completa 89 anos.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Daniel Krieger — Constitui uma tradição do Senado Federal a homenagem que, neste dia, presta à figura admirável do Marechal Dutra. Ele merece, indiscutivelmente, todas as homenagens do País, uma vez que se manteve dentro da lei, da Constituição e da ordem. Deu exemplo fecundo de trabalho e de que a harmonia e o entendimento entre os brasileiros deve ser a suprema lei.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a

O Sr. Arnon de Mello — Dá licença V. Ex.^a para um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Arnon de Mello — Continuando o aparte do Senador Daniel Krieger, eu diria que, além de um Presidente constitucional que manteve a paz política, o Presidente Dutra deve ser lembrado, também, como o Chefe da Nação que iniciou as obras de Paulo Afonso, no Nordeste, a pavimentação da estrada São Paulo-Rio, duas grandes obras fundamentais para o desenvolvimento da nossa Região e da Região Centro-Sul.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a, nobre Senador Arnon de Mello. Já que estou falando em nome do meu Partido, a ARENA, por delegação do seu Líder nesta Casa, exaltando e homenageando, com justiça, a figura impar do grande brasileiro, o eminentíssimo Marechal Eurico Gaspar Dutra, procurarei, embora rapidamente, traçar alguns aspectos de sua personalidade.

Sabemos a quantas mutações tem sido submetida a vida pública brasileira nestas duas últimas décadas.

Temos testemunhado inúmeras voações políticas a serem tragadas pelas agitações decorrentes do nosso subdesenvolvimento. Quantas vezes

temos ouvido a clássica frase dirigida àqueles que deixam os postos políticos: "Agora, vai começar a crescer o capim em sua porta!". O Marechal Eurico Gaspar Dutra é uma exceção. Depois de ocupar todos os postos de sua carreira, chegou à Presidência da República e, ao deixar o cargo, já no dia seguinte, a sua residência passava a ser o centro de consultas, onde os seus camaradas de farda e os políticos em geral iam buscar a palavra orientadora e patriótica, bússola segura na indicação dos melhores rumos para servir aos destinos da Pátria. Essa palavra, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nunca faltou, nunca foi recusada, mesmo nos momentos de crise maior.

Se é verdade que Deus nos tem premiado, a nós brasileiros, alongando a vida do Marechal Dutra, não é menos verdade que a sua autoridade, dia a dia, cresce no conceito e no respeito de todo o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi no quinquênio da sua administração que o Marechal Dutra se revelou a grande figura com que o Brasil iria contar, sempre, em meio às crises, para unificar aqueles que desejavam o desenvolvimento, a paz e a tranquilidade da família brasileira. Foi realmente naquela hora de crise que ele, chegando à Presidência, convocou todos os que desejavam colaborar para o desenvolvimento do País, fazendo a pacificação dos espíritos. Lembro — e o faço com emoção — quando meu Partido, a União Democrática Nacional, que o havia combatido, foi ao seu encontro, representado pela figura invulgar de estadista de Otávio Mangabeira e, acudindo ao seu chamamento, à sua convocação, lá estavam todos da UDN num só pensamento apoiando o homem que desejava ser "Presidente de todos os brasileiros."

O Sr. Ruy Santos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Santos — Queria lembrar a V. Ex.^a que foi no Governo do Presidente Dutra que tivemos o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, através do "Plano Salte", para o qual nosso Partido de então deu a melhor colaboração.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito grato pelo aparte de V. Ex.^a, Senador Ruy Santos, que veio ao encontro de um assunto constante do corpo do meu discurso.

O Sr. Lourival Batista — Permite V. Ex.^a, um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com satisfação.

O Sr. Lourival Baptista — Nobre Senador Dinarte Mariz, queria solidarizar-me com as justas homenagens que, neste momento, V. Ex.^a e o Senado prestam ao ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra, chefe militar e homem público que prestou os mais relevantes serviços à Nação. Na Presidência da República mostrou-se homem da lei e da concórdia, impondo-se como Presidente de todos os brasileiros. Como militar, teve carreira digna e brilhante, conquistando sempre o apreço e a admiração dos seus camaradas. Quero, ainda, ressaltar a correção, a modéstia, a simplicidade com que o Marechal Eurico Gaspar Dutra conduz a sua vida desde que deixou a Presidência da República, tornando-se, mais do que nunca, exemplo para todos os brasileiros, mais se impondo ao respeito, à admiração e à estima da Nação.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo testemunho que V. Ex.^a traz ao meu discurso sobre a figura realmente invulgar do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tão apegado à legalidade foi o Presidente Dutra durante o seu Governo — ele, que tinha uma concepção de legalidade que nós, ainda hoje, defendemos, de realmente combater as idéias contra as quais se formou a nossa convicção de povo democrata e cristão; ele, que fechou o Partido Comunista Brasileiro; ele, que à época da ameaça subversiva, pensando nos supremos destinos da Nação, assegurou, pelo fortalecimento do Poder Executivo, a continuidade da ordem e das tradições brasileiras; ele, que teve a superior inspiração de realizar o que de melhor poderia acontecer em defesa do nosso País e do nosso povo; que não permitiu que nossa Pátria se escravizasse, nem às idéias da esquerda, nem às idéias da direita. É o bravo que, comandando a I Região, julgou o movimento comunista que, naquela época, queria implantar em nossa Pátria idéias que a nossa tradição e a nossa educação repeliam; o mesmo que, pessoalmente, enfrentou a insurreição dos integralistas, quando quiseram depor o Presidente da República.

Sr. Presidente, essa a figura invulgar do ex-Presidente, a grande figura do Marechal Eurico Gaspar Dutra, realmente merecedora das homenagens e do respeito de toda a Nação Brasileira. Queira Deus que possamos, amanhã, nós que assistimos a todos esses episódios, transmitir às gerações que vão chegando o exemplo daquele que, sendo bravo, nunca foi arrogante e que, sendo modesto, nunca se despojou de sua autoridade, que, sendo justo, jamais deixou de ser sereno na hora das decisões.

Sr. Presidente, muito teria que falar sobre a vida do ex-Presidente Marechal Gaspar Dutra. Senadores aqui já se manifestaram sobre duas realizações do seu governo. A primeira diz respeito ao Plano SALTE. Foi o primeiro Presidente da República que se preocupou com o planejamento da administração pública. Foi também o executor do plano de aproveitamento da energia de Paulo Afonso, da construção de grande barragem — que significa a pedra angular em que se alicerça o desenvolvimento do Nordeste.

Mas, Sr. Presidente, como já afirmei, se fosse continuar citando os exemplos que significam a vida pública deste País, na pessoa do Marechal Eurico Gaspar Dutra, muito teria que me demorar nesta tribuna, pois sua vida, toda ela, é um exemplo de correção, de patriotismo e de inspiração para os que acreditam no futuro do nosso País. Legalista por convicção e por educação, disciplinador,

sempre contou com a confiança e o respeito dos brasileiros. Nunca, até então, um chefe militar reuniria em torno de si maior autoridade e maior círculo de confiança. Em todos os momentos graves que o País atravessou, durante sua longa atividade na política ou na administração, mesmo quando parecia estarmos à beira do abismo, jamais lhe faltou a solidariedade dos seus comandados.

Hoje, portanto, está em festa a sua casa — a casa dos brasileiros — a residência onde todos se sentem protegidos pela sua palavra autorizada e patriótica.

Nós, os da Revolução de 64, temos todos os motivos para nos regozijarmos pela data de hoje, pois não nos faltou inspiração na hora oportuna, para convocar o Marechal Eurico Gaspar Dutra, que se tornou, perante

o País, um dos fiadores do nosso Partido e das nossas idéias.

O seu devotamento aos princípios constitucionais extrapolou, então, do convívio de seu Gabinete, para conhecimento da Nação inteira, quando, certa vez, solicitado por correligionários para intervir num dos Estados da Federação, apanhou a Constituição e solicitou que lhe apontasse onde estava o artigo que o autorizava a assim proceder. Daquela hora em diante, nunca mais se falou sobre o assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cabe-me, em nome do meu Partido, com o pensamento voltado para os horizontes da Pátria, rogar a Deus continue a nos conceder a suprema graça de conservar a saúde dessa extraordinária figura, o Marechal Eurico Gaspar Dutra, a quem rendemos o preito da nossa gratidão e do nosso respeito. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 7.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 10 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972 (Extraordinária)

As dezesseis horas do dia dez do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores José Augusto, Danton Jobim e José Lindoso.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 8, de 1972, que dá nova redação ao art. 1.º da Resolução n.º 76, de 1970.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 8.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972 (Extraordinária)

As quatorze horas do dia quinze do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador José Lindoso, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, Danton Jobim, Vice-Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Cattete Pinheiro apresenta a redação final do Projeto de

Resolução n.º 7, de 1972, que autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ — operação de empréstimo externo, destinada à aquisição de equipamentos elétricos para complementar a instalação do metropolitano paulista.

Comparece o Senhor Senador Adalberto Sena e se retira o Senador Cattete Pinheiro, para atender a compromisso inadiável.

Aprovam-se, ainda, os pareceres em que o Senhor Senador José Augusto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1971 (n.º 11-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1962;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1971 (n.º 10-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1961.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 9.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 17 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972 (Extraordinária)

As quatorze horas do dia dezessete do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1971, que estende às associações de classe dos pensionistas do Serviço Público os direitos assegurados pela Lei n.º 1.134, de 14 de junho de 1950;

b) redação final do Projeto de Resolução n.º 3, de 1972, que suspende a execução, no caput do art. 9.º do Decreto-lei n.º 61/69, do Estado de Pernambuco, da cláusula da percepção de vencimentos integrais por Promotores Públicos postos em disponibilidade, julgada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Aprova-se, ainda, os pareceres em que o Senhor Senador José Augusto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Resolução n.º 5, de 1972, que suspende a execução do art. 4.º da Lei n.º 4.506, de 5 de julho de 1967, do Estado de Minas Gerais, declarado constitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971;

b) redação final do Projeto de Resolução n.º 4, de 1972, que suspende a execução do § 2.º do art. 117 da Constituição de Minas Gerais, de 1967, declarado constitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal de 25 de novembro de 1971.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 10.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 17 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

(Extraordinária)

As desseis horas e quarenta minutos do dia desseste do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, José Augusto e Filinto Müller.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Presidente, Senador Antônio Carlos.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 4, de 1972, que altera dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

Aprova-se, ainda, o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1972, que estabelece prazo para escolha e registro de candidatos às eleições de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 11.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 18 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia dezoito do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, pre-

sentes os Senhores Senadores José Augusto e Cattete Pinto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, José Lindoso e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador José Augusto apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 97, de 1971, que dispõe sobre a obrigatoriedade do voto nas eleições sindicais e dá outras providências;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1971 (n.º 12-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1963;

c) redação do vencido, para o 2.º turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1972, que fixa prazo para filiação partidária e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 12.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 24 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

(Extraordinária)

As desseis horas e trinta minutos do dia vinte e quatro do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Lindoso e José Augusto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 15, de 1972, que autoriza a emissão, pelo Governo do Estado da Bahia, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 14.300.000,00, para obter um empréstimo no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a Reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 13.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 25 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia vinte e cinco do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Danton Jobim, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Augusto e José Lindoso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente, e Filinto Müller.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador José Lindoso apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1972 (n.º 54-A/71, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1970;

b) redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1972, que extingue o cargo de Superintendente do Serviço Gráfico do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 14.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 29 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia vinte e nove do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência, eventual, do Senhor Senador Flínto Müller, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro e Adalberto Sena.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos, Presidente; Danton Jobim, Vice-Presidente; José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Cattete Pinheiro apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Resolução n.º 12, de 1972, que suspende a execução do Decreto-lei n.º 191, de 1970, do Estado de Goiás, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

b) redação do vencido, para o segundo turno regimental, do Projeto de Lei do Senado n.º 109, de 1971, determina a extensão, aos dirigentes de Cooperativas, das disposições do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 15.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 30 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

As onze horas do dia trinta do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores José Augusto e Adalberto Sena.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Danton Jobim, Vice-Presidente, Flínto Müller e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador José Augusto apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 11, de 1972, que suspende a execução da Lei n.º 1.420, de 7 de dezembro de 1955, do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos de decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 21 de novembro de 1958.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária,

ria, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 16.ª REUNIÃO, REALIZADA AOS 31 DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 1972

(Extraordinária)

As dezenove horas e cinco minutos do dia trinta e um do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e dois, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Antônio Carlos, presentes os Senhores Senadores Danton Jobim e Wilson Gonçalves.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Flínto Müller, José Augusto e José Lindoso.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Danton Jobim apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1972, emendado pela Câmara dos Deputados, que fixa prazo para filiação partidária, e dá outras providências.

Nada mais havendo a tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 33, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.221, de 15 de maio de 1972, que "altera a redação do art. 1º, item II, do Decreto-lei n.º 343, de 28 de dezembro de 1967, e o art. 13, item II, alínea 'I', da Lei número 4.452, de 5 de novembro de 1964".

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1972

As dezenove horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Deputado Prisco Viana, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, Arnon de Mello, Lourival Baptista, Mattos Leão, Augusto Franco, Benedito Ferreira, Tarso Dutra, Geraldo Mesquita e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Arinaldo Ribeiro, Edilson Távora, Nossa de Almeida e Walter Silva, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 33, de 1972 (CN), "que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.221, de 15 de maio de 1972, que "altera a redação do art. 1º, item II, do Decreto-lei n.º 343, de 28 de dezembro de 1967, e o art. 13, item II, alínea I, da Lei n.º 4.452, de 5 de novembro de 1964".

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Ruy Santos que emite parecer favorável, concluindo por apresentação de Projeto de Decreto Legislativo à Mensagem n.º 33, de 1972.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade, pela Comissão.

Concluindo, o Senhor Presidente agradece aos seus pares a colaboração prestada e, em especial o excelente trabalho realizado pelo Senhor Relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu Léda Ferreira da Rocha, Secretária, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Prisco Viana

Vice-Presidente: Senador Ruy Carneiro

Relator: Senador Ruy Santos

ARENA

MDB

1. Ruy Carneiro

1. Silvio Barros
2. Freitas Diniz
3. Walter Silva

CALENDÁRIO

Dia 25-5-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta.

Até dia 14-6-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 14-6-72 — Na Comissão Mista.

Até dia 15-7-72 — No Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretaria: Lêda Ferreira da Rocha — Telefone: 24-8105 — Ramais 314 e 303.

| Senadores | Deputados |
|----------------------|----------------------|
| 1. Ruy Santos | 1. Cardinal Ribas |
| 2. Heitor Dias | 2. Edilson Távora |
| 3. Arnon de Mello | 3. Francisco Grillo |
| 4. Lourival Baptista | 4. José Machado |
| 5. Mattos Leão | 5. Prisco Viana |
| 6. Alexandre Costa | 6. Arthur Fonseca |
| 7. Augusto Franco | 7. Nosser de Almeida |
| 8. Benedito Ferreira | 8. Joaquim Coutinho |
| 9. Tarso Dutra | |
| 10. Geraldo Mesquita | |

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do conselente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

- | | |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil | V |
| b) Legislação Complementar | CLXV |

II PARTE

- | | |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil | 1 |
| b) Julgamentos | 27 |

III PARTE

- | | |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

| M E S A | | LIDERANÇA DO PARTIDO E DA MAIORIA |
|---|---|--|
| Presidente: | 4.º-Secretário: | Líder: Filinto Müller (ARENA — MT) |
| Petrônio Portella (ARENA — PI) | Duarte Filho (ARENA — RN) | Vice-Líderes: Ruy Santos (ARENA — BA) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO) |
| 1.º-Vice-Presidente: Carlos Lindenbergs (ARENA — ES) | 1.º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA) | LIDERANÇA DA MINORIA |
| 2.º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB) | 2.º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB) | Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB) |
| 1.º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR) | 3.º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC) | Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Adalberto Sena (MDB — AC) |
| 2.º-Secretário: Clodomir Milet (ARENA — MA) | 4.º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL) | |
| 3.º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS) | | |

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

SUPLENTES

| | | |
|--------------------|-------|-----------------|
| Antônio Fernandes | ARENA | Tarso Dutra |
| Vasconcelos Torres | | João Cleofas |
| Paulo Guerra | | Fernando Corrêa |
| Daniel Krieger | | |
| Flávio Britto | | |
| Mattos Leão | | |

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303
Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAIR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

SUPLENTES

| | | |
|--------------------|-------|-------------------|
| José Guiomard | ARENA | Saldanha Derzi |
| Waldemar Alcântara | | Osires Teixeira |
| Dinarte Mariz | | Lourival Baptista |
| Wilson Campos | | |
| José Esteves | | |
| Benedito Ferreira | | |

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

SUPLENTES

| | |
|------------------|--------------------|
| ARENA | Carvalho Pinto |
| Daniel Krieger | Orlando Zancaner |
| Accioly Filho | Arnon de Mello |
| José Augusto | João Calmon |
| Wilson Gonçalves | Mattos Leão |
| Gustavo Capanema | Vasconcelos Torres |
| José Lindoso | |
| José Sarney | |
| Emíval Caiado | |
| Hevídio Nunes | |
| Antônio Carlos | |
| Eurico Rezende | |
| Heitor Dias | |

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas
Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

SUPLENTES

| | |
|-------------------|--------------------|
| ARENA | Paulo Tôrres |
| Dinarte Mariz | Luiz Cavalcante |
| Eurico Rezende | Waldemar Alcântara |
| Cattete Pinheiro | José Lindoso |
| Benedito Ferreira | Filinto Müller |
| Osires Teixeira | |
| Fernando Corrêa | |
| Saldanha Derzi | |
| Heitor Dias | |
| Antônio Fernandes | |
| Emíval Caiado | |

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Magalhães Pinto
 Vasconcelos Torres
 Wilson Campos
 Jessé Freire
 Augusto Franco
 Orlando Zancaner
 Paulo Guerra
 Milton Cabral
 Helvídio Nunes
 Luiz Cavalcante

MDB

Amaral Peixoto
 Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
 Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES

ENTES

ARENA

Gustavo Capanema
 João Cleofas
 Tarso Dutra
 Geraldo Mesquita
 Cattete Pinheiro
 Milton Trindade

MDB

Banjamin Farah
 Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
 Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Celso Ramos
 Lourival Baptista
 Saldanha Derzi
 Geraldo Mesquita
 Alexandre Costa
 Fausto Castello-Branco
 Ruy Santos
 Jessé Freire
 João Cleofas
 Carvalho Pinto
 Virgílio Távora
 Wilson Gonçalves
 Mattos Leão
 Tarso Dutra

MDB

Amaral Peixoto
 Franco Montoro
 Danton Jobim

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
 Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES

SUPLENTES

ARENA

Heitor Dias
 Domicio Gondim
 Paulo Tôrres
 Benedito Ferreira
 Eurico Rezende
 Orlando Zancaner

MDB

Franco Montoro
 Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSAO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------|-------------------|
| Arnon de Mello | Paulo Guerra |
| Luiz Cavalcante | Antônio Fernandes |
| Leandro Maciel | José Guiomard |
| Milton Trindade | |
| Domicio Gondim | |
| Orlando Zancaner | |
| | MDB |
| Benjamin Farah | Danton Jobim |

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSAO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Danton Jobim

| TITULARES | SUPLENTES |
|----------------|------------------|
| Antônio Carlos | Cattete Pinheiro |
| José Lindoso | Wilson Gonçalves |
| Filinto Müller | |
| José Augusto | |
| | MDB |
| Danton Jobim | Adalberto Sena |

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Auditório

11) COMISSAO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)
(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

| TITULARES | SUPLENTES |
|-------------------|--|
| Carvalho Pinto | Milton Cabral |
| Wilson Gonçalves | Fausto Castello-Branco |
| Filinto Müller | Augusto Franco |
| Fernando Corrêa | José Lindoso |
| Antônio Carlos | Ruy Santos |
| Arnon de Mello | Cattete Pinheiro |
| Magalhães Pinto | Jessé Freire |
| Accioly Filho | Virgílio Távora |
| José Sarney | |
| Lourival Baptista | |
| João Calmon | |
| | MDB |
| Franco Montoro | Amaral Peixoto |
| Danton Jobim | |
| Nelson Carneiro | |
| | Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310. |
| | Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas. |
| | Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores. |

12) COMISSAO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------------|----------------|
| Fernando Corrêa | Saldanha Derzi |
| Fausto Castello-Branco | Wilson Campos |
| Cattete Pinheiro | Celso Ramos |
| Lourival Baptista | |
| Ruy Santos | |
| Waldemar Alcântara | |
| | MDB |
| Adalberto Sena | Benjamin Farah |

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Flávio Brito

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tôrres

Alexandre Costa

José Lindoso

Orlando Zancaner

Virgílio Távora

Milton Trindade

José Guiomard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Fereira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Votos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhe deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-Leis n.os 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-693, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

| | | |
|---------|-------------------------------|-----------|
| PREÇOS: | EM BROCHURA | Cr\$ 2,00 |
| | ENCADERNADA EM PLÁSTICO | Cr\$ 3,50 |
| | ENCADERNADA EM PELECA | Cr\$ 7,00 |

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - GB ou SQS 104 - Bl. A - Lj. 11 - Brasília - DF

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os acórdãos, leis federais, estaduais e municipais, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 51 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.os 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado)

PREÇO: CR 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO AS 79 NOVAS SÚMULAS. — JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 23 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NUMEROS PUBLICADOS:

| | Cr\$ |
|--------------------------------|----------|
| — março, n.º 1 (1964) | 5,00 |
| — junho, n.º 2 (1964) | 5,00 |
| — setembro, n.º 3 (1964) | esgotada |
| — dezembro, n.º 4 (1964) | 5,00 |
| — março, n.º 5 (1965) | 5,00 |
| — junho, n.º 6 (1965) | 5,00 |
| — setembro, n.º 7 (1965) | 5,00 |
| — dezembro, n.º 8 (1965) | esgotada |
| — março, n.º 9 (1966) | " |
| — junho, n.º 10 (1966) | " |

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

| | Cr\$ |
|--|----------|
| — setembro, n.º 11 (1966) | esgotada |
| — outubro a dezembro, n.º 12 (1966) | " |
| — janeiro a junho, n.º 13 e 14 (1967) | " |
| — julho a dezembro, n.º 15 e 16 (1967) | 5,00 |
| — janeiro a março, n.º 17 (1968) | 5,00 |
| — abril a junho, n.º 18 (1968) | 5,00 |
| — julho a setembro, n.º 19 (1968) | 5,00 |
| — outubro a dezembro, n.º 20 (1968) | 5,00 |

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Financeiro na Constituição de 1967
Ministro Aliomar Baleeiro

O Direito Penal na Constituição de 1967
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito
Professor Roberto Rosas

O Tribunal de Contas e as Deliberações sobre Julgamento da Legalidade das Concessões
Doutor Sebastião B. Affonso

Controle Financeiro das Autarquias e Empresas Públicas
Doutor Heitor Luz Filho

DOCUMENTAÇÃO

Suplência
Norma Izabel Ribeiro Martins

PESQUISA
O Parlamentarismo na República
Sara Ramos de Figueiredo

ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

O Direito Processual na Constituição de 1967
Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

Tratamento Jurídico das Revoluções
Doutor Clóvis Ramalhete

O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Dos Recursos em Ações Acidentárias
Doutor Paulo Guimarães de Almeida

PROCESSO LEGISLATIVO

Vetos — Legislação do Distrito Federal
Jesse de Azevedo Barquiero e Santyno Mendes dos Santos

DOCUMENTAÇÃO

Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração e Economista

PESQUISA

Capitais Estrangeiros no Brasil

Ivo Sequeira Batista

ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO
DE 1969 — Cr\$ 5,00

COLABORAÇÃO

Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais
Deputado Rubem Nogueira

Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas
Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos do Controle da Constitucionalidade das Leis
Professor Roberto Rosas

Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada
Professor Roberto Atila Amaral Vieira

DOCUMENTAÇÃO

A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades
Sara Ramos de Figueiredo

A Profissão de Jornalista
Fernando Giuberti Nogueira

ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO
DE 1969 — Cr\$ 10,00

COLABORAÇÃO

Inconstitucionalidade de Decretos-leis sobre Inelegibilidades
Senador Josaphat Marinho

Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro
Professor Paulino Jacques

Mandatum in Rem Suam

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

Aspectos dos Tribunais de Contas
Professor Roberto Rosas

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª parte:

- I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria
- II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)
- III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

CÓDIGO PENAL

2.ª parte: Quadro Comparativo
Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40, com legislação correlata

Leyla Castello Branco Rangel

**ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO
DE 1970 — Cr\$ 10,00****HOMENAGEM**

Senador Aloysio de Carvalho Filho

COLABORAÇÃOEvolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado
Professor Wilson Accioli de Vasconcellos**A Suprema Corte dos Estados Unidos da América**
Professor Geraldo Ataliba**A Eterna Presença de Rui na Vida Jurídica Brasileira**
Professor Otto Gil**X Congresso Internacional de Direito Penal**
Professora Armida Bergamini Miotto**A Sentença Normativa e sua Classificação**
Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena**PROCESSO LEGISLATIVO****DECRETOS-LEIS**

Jesse de Azevedo Barquero

DOCUMENTAÇÃO

Advocacia — Excertos Legislativos

Adolfo Eric de Toledo

CÓDIGOS**Código de Direito do Autor**

Rogério Costa Rodrigues

ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — Cr\$ 10,00**COLABORAÇÃO**Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia
Senador Josaphat MarinhoSociologia das Regiões Subdesenvolvidas
Professor Pinto FerreiraPoder de Iniciativa das Leis
Professor Roberto Rosas**O Sistema Representativo**
Professor Paulo Bonavides**CÓDIGOS****CÓDIGO PENAL MILITAR**

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar
Autor: Ivo d'AquinoII — Exposição de Motivos
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69;
Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44
Ana Valderez Ayres Neves de Alencar**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR**
LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR
JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO**ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO
DE 1970 — Cr\$ 10,00****APRESENTAÇÃO**Simpósio de Conferências e Debates sobre o Novo Código
Penal e o Novo Código Penal Militar**Punição da Pirataria Marítima e Aérea**
Professor Haroldo Valladão**Visão Panorâmica do Novo Código Penal**

Professor Benjamin de Moraes

A Menoridade e o Novo Código Penal

Professor Allyrio Cavallieri

Inovações da Parte Geral do Novo Código Penal

Professor Rafael Cirigliano Filho

Desporto e Direito Penal

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

Dependência (Toxicomania) e o Novo Código Penal

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

O Novo Código Penal Militar

Professor Ivo d'Aquino

Aspectos Criminológicos do Novo Código Penal

Professor Virgílio Luiz Donnici

A Medicina Legal e o Novo Código Penal

Professor Olímpio Pereira da Silva

Direito Penal do Trabalho

Professor Evaristo de Moraes Filho

O Novo Código Penal e a Execução da Pena

Doutor Nerval Cardoso

Direito Penal Financeiro

Professor Sérgio do Rego Macedo

Os Crimes contra a Propriedade Industrial no Novo Código Penal

Professor Carlos Henrique de Carvalho Froes

A Civilização Ocidental e o Novo Código Penal Brasileiro
Jurista Alcino Pinto Falcão**ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO
DE 1970 — Cr\$ 10,00****ÍNDICE****COLABORAÇÃO****A Administração Indireta no Estado Brasileiro**
Professor Paulino Jacques**O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional**
Professor José Luiz Anhaia Mello**O Imposto Único sobre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969**
Doutor Amâncio José de Souza NettoProblemas Jurídicos da Poluição do Som
Desembargador Gervásio Leite**O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo**
Professora Armida Bergamini MiottoRegime Jurídico dos Militares do Distrito Federal
Doutor José Guilherme Villela**O Direito não É; Está Sendo**
Doutor R. A. Amaral Vieira**PROCESSO LEGISLATIVO**Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69
Diretoria de Informação Legislativa**PESQUISA****Júri — A Soberania dos Veredictos**

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

ARQUIVO HISTÓRICODocumentos sobre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte
Leda Maria Cardoso NaudOs pedidos devem ser endereçados à Fundação
Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 —ZC-02 — Rio de Janeiro—GB (atende também
pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: NoRio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasi-
lia: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo:
Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(Redação Atualizada)

Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a nova redação que lhes deram a Lei n.º 5.396, de 26-2-68 (DO de 29-2-68), e os Decretos-Leis n.ºs 900, de 29-9-69 (DO de 30-9-69), 991, de 21-10-69 (DO de 21-10-693, e 1.093, de 17-3-70 (DO de 18-3-70).

Índice Alfabético (Por Assunto) — Legislação Correlata

Edição organizada, revisada e impressa pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Preço: Cr\$ 5,00

Constituição da República Federativa do Brasil

(Emenda Constitucional n.º 1, de 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

| | | |
|---------|-------------------------------|-----------|
| PREÇOS: | EM BROCHURA | Cr\$ 2,00 |
| | ENCADERNADA EM PLÁSTICO | Cr\$ 3,50 |
| | ENCADERNADA EM PELECA | Cr\$ 7,00 |

Todos os pedidos desta publicação devem ser encaminhados à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - GB ou SQS 104 - Bl. A - Lj. 11 - Brasília - DF

JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REFERÊNCIAS DA SÚMULA DO STF

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os acórdãos, leis federais, estaduais e municipais, decretos, decretos-leis, portarias, resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 51 SÚMULAS OFICIAIS

No 10.º Volume o índice completo por matéria. — O 20.º Volume contém os enunciados das novas Súmulas n.ºs 473 a 551. — O 21.º Volume contém o Regimento Interno do STF (atualizado).

PREÇO: CR 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO AS 79 NOVAS SÚMULAS. — JÁ PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO: 29 VOLUMES

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF
Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20